



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Ditadura em Nome da Democracia: A Participação do *Jornal do Brasil* na
Formação Ideológica do Consenso em Torno do Golpe de 1964**

REBECA FERREIRA DE ANDRADE

Brasília

2024

Rebeca Ferreira de Andrade

**Ditadura em Nome da Democracia: A Participação do *Jornal do Brasil* na
Formação Ideológica do Consenso em Torno do Golpe de 1964**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria

Brasília

2024

Agradecimentos

Agradeço à minha brilhante irmã, Thayllany Andrade, por ter me inspirado e me motivado a chegar até aqui. Você me mostrou o caminho e me fez acreditar em mim mesma. Ao meu cunhado, Gustavo Arnt, que compartilhou comigo a sua forma de ver o mundo e me influenciou profundamente. Eu tenho muita sorte em ter vocês. À minha mãe, Rosa, que sempre torceu por mim, me ensinou a perseverar e representa o cerne do que é mais importante na minha vida: minha família. Agradeço também ao meu orientador, Daniel Faria, pela orientação e apoio constantes. Por último e não menos importante, meus mais sinceros agradecimentos ao meu companheiro, João Marcos, que foi o meu pilar durante todos os anos de graduação e que fez inúmeros sacrifícios para que eu chegasse até aqui. Devo tudo a vocês.

Ditadura em Nome da Democracia: A Participação do *Jornal do Brasil* na Formação Ideológica do Consenso em Torno do Golpe de 1964

Rebeca Ferreira de Andrade

RESUMO

Este artigo realiza uma análise dos textos editoriais publicados no *Jornal do Brasil* em 3 de abril de 1964, apenas dois dias após o Golpe Civil-Militar ocorrido no Brasil. A intenção principal do estudo é destacar as diversas maneiras pelas quais a imprensa desempenhou um papel colaborativo na sustentação do golpe de Estado, especialmente no que se refere à promoção do ideal de defesa da democracia como justificativa para a destituição do presidente João Goulart e a subsequente intervenção militar. Propõe-se, portanto, fazer uma leitura dessa construção midiática com base na necessária articulação entre esses dois núcleos ideológicos: ameaça comunista e defesa da democracia.

Palavras-Chave: Ditadura; Democracia; Ideologia.

ABSTRACT

This article analyzes the editorial texts published in *Jornal do Brasil* on April 3, 1964, just two days after the Civil-Military Coup that occurred in Brazil. The main intention of the study is to highlight the different ways in which the press played a collaborative role in sustaining the coup d'état, especially with regard to promoting the ideal of defending democracy as a justification for the dismissal of President João Goulart and the subsequent military intervention.

Keywords: Dictatorship; Democracy; Ideology.

Introdução

Este artigo apresenta uma análise de textos editoriais do *Jornal do Brasil* do dia 03 de abril de 1964, dois dias após o Golpe Civil-Militar. O objetivo do presente estudo é evidenciar as formas pelas quais a imprensa atuou no sentido de colaborar para a manutenção do golpe de Estado, particularmente no que diz respeito à mobilização do ideal de defesa da democracia como justificção para a deposição do presidente João Goulart e a intervenção militar. Escolheu-se a edição do dia 03 de abril, pois é a edição que relata a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorrida após o golpe, também conhecida como Marcha da Vitória, haja vista que o evento assumiu a simbologia de legitimação popular ao movimento militar.

A metodologia das análises apresentadas assenta-se na chamada análise de conteúdo, método historiográfico que visa a analisar documentos e fontes com vistas a identificar informações, padrões, tendências, interpretações etc. que ajudem a compreender os sentidos contidos nos documentos.

As pesquisas historiográficas acerca da relação entre a imprensa e a ditadura civil-militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985 foram capazes de demonstrar que, diferentemente da visão prevalecente no senso comum, a qual enxerga a imprensa apenas como vítima da repressão do Estado autoritário, os grandes meios de comunicação foram peça fundamental na construção e na consolidação da ditadura. Nesse sentido, este artigo apresenta-se como um desdobramento dos resultados das pesquisas desenvolvidas, dentre outros estudiosos, por Aquino (1994), Silva (2008), Chammas (2012), Napolitano (2017), Vasconcelos (2019) e Chersoni (2023). A partir dos resultados das pesquisas realizadas por esses autores, pretende-se apresentar uma análise que ilustre concretamente a materialização do discurso ideológico da imprensa em seu projeto de uso do ideal de democracia como subterfúgio para justificar a intervenção militar e escamotear os ideais de classe subjacentes ao discurso jornalístico veiculado no *Jornal do Brasil*.

O estudo de Maria Aparecida de Aquino recobre uma ampla gama de periódicos publicados a partir de 1964 e enfrenta o problema da contradição manifestada pelos

jornais que, num primeiro momento, apoiaram a tomada do poder pelos militares e que, posteriormente, mudaram de posição e passaram a contrapor-se ao regime ditatorial.

Eduardo Silva (2008) apresenta importante contribuição ao estabelecer a crítica do revisionismo histórico que intenciona referendar os argumentos e os pontos de vistas dos agentes e executores do golpe (para os quais sequer foi um golpe, mas um contra-golpe ou uma revolução democrática). Sua pesquisa destaca a atuação da chamada *Rede da Democracia* (grupo formado pelos *Diários Associados*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, assim como suas emissoras radiofônicas) na reprodução ideológica dos valores e projetos de deposição do presidente João Goulart e implantação do regime militar.

Por sua vez, o estudo de Marcos Napolitano sublinha o caráter de continuidade da colaboração da imprensa com o regime militar, apesar das contradições. Outro argumento importante levantado pelo autor alinha-se ao pensamento de Silva (2008) no que diz respeito à crítica à imprensa, a qual, retrospectivamente, visa a alimentar uma autoimagem de mártir e de defensora da democracia, quando, na verdade, colaborou ativamente para a instauração do regime antidemocrático. Nas palavras de Napolitano:

A memória construída pelos jornais não apenas ajudou a elaborar e veicular imagens hegemônicas de longa duração sobre a ditadura, mas também construiu uma autoimagem quase sempre heroica dos próprios jornais no período, criando álibis e explicações para inocentá-los de qualquer responsabilidade na construção e sustentação do regime dos generais e no clima de repressão política que se instalou no Brasil. Situando-se como vítimas do arbítrio, sobretudo no período de vigência do AI-5, não é raro ver elogios da resistência democrática, da qual a imprensa liberal se vê como parte essencial, chegando a ter alguns pontos em comum com a memória das esquerdas sobre o período, sobretudo na área artístico-cultural (Napolitano, 2017, p. 348).

O trabalho de Eduardo Chammas (2012), que também se concentra nas relações entre a imprensa e o golpe militar, destaca a importância do estudo do jornal como fonte histórica. Segundo ele, as empresas de comunicação intencionalmente substituem a praça pública como o *locus* do debate político na contemporaneidade. Os veículos da imprensa atuam como difusores de valores e interesses sociais, que são comumente

apresentados como universais, embora sejam interesses e valores de classe. A isso se soma o caráter de monopólio dos meios de comunicação no Brasil, uma vez que existe uma enorme concentração de sua propriedade nas mãos de sete famílias, e o papel francamente ideológico, na medida em que, em nome da imparcialidade, se apresentam como porta-vozes do povo brasileiro, mascarando o fato de serem, na verdade, os porta-vozes de setores expressivos da burguesia brasileira.

Segundo o autor, no período que antecede o golpe, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* eram os dois jornais “mais importantes e mais influentes do período” (CHAMMAS, 2012, p. 13), aspecto que foi determinante para a seleção de um editorial do *Jornal do Brasil* como o texto a ser especificamente analisado neste artigo. A análise específica do *Jornal do Brasil* foi embasada sobretudo nos estudos de Cláudio Vasconcelos (2019) e Felipe Chersoni (2023), os quais realizaram análises detalhadas da relação entre o *Jornal do Brasil* e o golpe de Estado de 1964.

O estudo de Chersoni (2023) concentra-se no período que antecede o golpe, no período entre 1960 e 1964, e demonstra que o jornal colaborou ativamente para a construção de um inimigo a ser combatido: o comunismo. A partir da construção desse inimigo, estavam lançadas as bases de justificação para a derrubada do presidente João Goulart. Por sua vez, o estudo de Vasconcelos (2019) concentra-se no período que vai da instauração do golpe em 1964 até o período imediatamente posterior à instauração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Nesse estudo, o autor identifica a defesa da democracia como a principal estratégia de criação de consenso em torno do governo instaurado pelo golpe.

Ao articular as contribuições desses diferentes autores, chega-se ao entendimento de que a) o golpe civil-militar foi orquestrado por setores da burguesia brasileira alinhados ao capital internacional a fim de defender seus interesses de classe; b) os meios de comunicação foram um agente fundamental na reprodução da ideologia de classe dos setores da burguesia que orquestraram o golpe; c) uma das principais estratégias de propagação dessa ideologia foi a conjugação de discursos vinculados ao anticomunismo e à defesa da democracia. Dado que o discurso expresso nos jornais não revela explicitamente os interesses de classe defendidos, apenas uma análise a contrapelo é capaz de articular os elementos que sustentam as práticas discursivas materializadas nos meios de comunicação. Sendo assim, nas próximas sessões serão apresentadas, em primeiro lugar, uma reflexão acerca da configuração da democracia e

do anticomunismo como núcleos ideológicos no discurso jornalístico e, em segundo lugar, a análise específica da edição do *Jornal do Brasil* do dia 3 de abril de 1964.

Democracia como ideologia

Em sua famosa obra *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, Louis Althusser argumenta que a imprensa, as emissoras de radiodifusão e a televisão, enfim, os grandes meios de comunicação constituem o conjunto de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). À possível objeção de que, em sua maioria, os meios de comunicação se tratam de entidades privadas, Althusser sustenta a ideia de que “o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda distinção entre público e privado” (Althusser, 1980, p. 45-46). O que está em jogo, portanto, não é a natureza jurídica da entidade, mas seu funcionamento social: “Instituições ‘privadas’ podem perfeitamente ‘funcionar’ como Aparelhos Ideológicos de Estado” (idem, p. 46). Segundo o autor, os AIE correspondem a instituições e entidades que desempenham a função social de reproduzir ideologias, valores e crenças da classe dominante com vistas a manter sua hegemonia.

A noção de Althusser remete, pois, à concepção formulada por Antonio Gramsci, para quem a hegemonia diz respeito “ao modo pelo qual a burguesia estabelece e mantém sua dominação” (Sassoon, 2001, p. 177). Conforme explica Raymond Williams (2007), a hegemonia diz respeito não apenas à ideologia enquanto concepção de mundo e, portanto, não se limita à expressão dos interesses da classe dominante, demandando ser aceita enquanto senso comum pelos dominados. A fim de exercer a hegemonia, a classe dominante, via de regra, recorre à combinação entre força e consenso:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Dessa concepção de Gramsci, a qual expressamente embasa abordagens como as de Vasconcelos (2019) e Silva (2008), destaca-se a função primordial dos “órgãos da opinião pública” na formação do consenso que ajuda a legitimar a força. O jornal colabora ativamente na formação da ideologia das classes dominadas, colaborando para que as visões de mundo da classe dominante sejam aceitas e incorporadas socialmente como senso comum, como visão de todos. Conforme sustenta Vasconcelos, esse é precisamente o caso da atuação dos jornais na implantação da ditadura civil-militar no Brasil:

A ditadura instaurada no Brasil em 1964 não foge a esse padrão. Ao menos até dezembro de 1968, em busca de sustentação às ações do governo, os novos donos do poder procuraram estabelecer um consenso junto a determinados grupos e, ao invés de buscarem a imposição exclusivamente pela força, optaram por reivindicar um perfil que não só garantisse o consentimento, como também fosse capaz de reproduzir a dominação. Por haver se instaurado por via não institucionalizada o novo regime não contava com uma base que lhe conferisse essa legitimação. Precisou forjá-la. O foco se deu sobre as elites e as classes média e alta. Jornais da grande imprensa nacional foram parceiros por excelência do governo nesse processo. O argumento: a defesa da democracia (Vasconcelos, 2019, p. 367).

Defender a democracia constitui, portanto, a linha de força da atuação jornalística na sua empreitada de estabelecer o consenso para legitimar a queda do governo Goulart e a instauração do novo regime. Silva (2008) chega às mesmas conclusões:

Desta forma, acreditamos que houve uma eficiente articulação entre os diferentes elementos capazes de expandir a frente oposicionista naqueles anos 1960; dentre estes elementos, o próprio anticomunismo. Todavia, no que tange especificamente à criação e atuação da Rede da Democracia, acreditamos que o fator preponderante de sua doutrinação fora a defesa do conceito formal e restrito de democracia – apresentada de forma não-substanciada e a-histórica (Silva, 2008, p. 88).

Mas não se entende a necessidade de defender a democracia sem saber do quê propriamente ela está sendo defendida. Ao longo da década de 1950, ganhou força a polarização de alcance entre Estados Unidos e União Soviética enquanto potências

econômicas, militares e culturais. O que estava em jogo era a oposição entre dois projetos de mundo absolutamente antagônicos: o capitalismo e o comunismo. Temerosos de que a influência dos soviéticos se alastrasse pelo globo, especialmente pelo Ocidente, os Estados Unidos desenvolveram e implantaram ações políticas concretas com o intuito de ganhar a chamada Guerra Cultural, ou seja, a batalha pela hegemonia no campo da cultura.

Estudos como os de Cancelli (2004) e Cattai (2011) demonstram que o anticomunismo foi cultivado e difundido como parte do projeto político dos Estados Unidos da América. A esse respeito, por exemplo, Cancelli demonstra que os EUA, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA), desenvolveram projetos secretos a fim de intervir diretamente na guerra cultural. Segundo a autora, o grande objetivo do governo estadunidense com esse tipo de projeto era colaborar com a “americanização” do mundo por meio das atividades culturais financiadas pelo Departamento de Estado.

Este incremento dos vínculos intelectuais e culturais com o continente americano vinha ao encontro do entendimento do Departamento de Estado de que havia uma necessidade premente de solidificar um consenso anticomunista por sobre a inteligência ocidental, especialmente nesses tempos após a vitória da Revolução Cubana de Fidel Castro (Cancelli, 2004, p. 115).

Naquele momento, o Brasil foi um dos alvos de interferência estadunidense em seu intuito de americanização do mundo e difusão do anticomunismo. Conforme argumenta Ridenti (2001), as mudanças que vinham ocorrendo no país desde a década de 1930, e sobretudo durante a década de 1950, impulsionaram a burguesia brasileira, mas também alavancaram a reação das esquerdas no país, predominantemente alinhadas aos projetos comunistas. Esses movimentos nunca tomaram proporções ou tiveram força política suficiente para, efetivamente, colocar em xeque a burguesia brasileira, porém a ameaça era suficiente para acender o alerta das classes dominantes locais e estadunidenses.

Em suas pesquisas, Júlio Cattai constatou o impacto concreto das ações orquestradas pelo governo estadunidense nos jornais brasileiros. Desde a década de 1950, se encontrava a pleno vapor a máquina de propaganda internacional do modo de vida e dos interesses dos EUA.

A *United States Information Agency* estava atenta à importância crescente dos jornais junto ao público brasileiro. Fundada em 1953 pela administração do presidente republicano Dwight D. Eisenhower, no interior de um plano mais amplo de reestruturação da política norte-americana, a agência era o órgão oficial do governo dos Estados Unidos da América (EUA) responsável pela imagem do país no exterior. A ela cabia a função de explicar e interpretar às audiências internacionais as políticas do governo dos EUA; demonstrar a correlação entre as políticas governamentais norte-americanas e as legítimas aspirações de outros povos do mundo; explicitar e reprimir as tentativas de distorcer e prejudicar os objetivos norte-americanos; e, por último, ilustrar às audiências internacionais certos aspectos da vida e da cultura do povo dos Estados Unidos que facilitassem a compreensão das políticas do país./ Para tanto, a agência de informação e propaganda do governo norte-americano pautou suas atividades na produção e distribuição de panfletos, na publicação de revistas, na tradução e distribuição de livros, na organização de exposições e intercâmbios artísticos, intelectuais e esportivos, atuando de forma sistemática junto à nova mídia de massa, por meio da veiculação de material em jornais, rádios (...) e televisão, e no serviço de atualização, instalação e manutenção de algumas das cento e sessenta e oito bibliotecas estabelecidas pelo mundo (Cattai, 2011, p. 21).

A agência de propaganda estadunidense, portanto, não poupou esforços para fazer seu conteúdo ramificar-se e enraizar-se por toda a esfera cultural possível. Atrair intelectuais, promover o modo de vida americano, pautar jornais, revistas e televisão, financiar pesquisas acadêmicas, tudo isso fez parte do conjunto de operações executadas com vistas a combater o comunismo e defender o capitalismo — defesa essa costumeiramente apresentada sob os pseudônimos de defesa da democracia, defesa da cultura ou defesa da liberdade (ou tudo isso junto).

No mesmo sentido, é importante destacar os estudos de Chersoni (2023), que demonstra, por meio de farta documentação, que o anticomunismo exerceu um papel de primeira grandeza na construção de uma atmosfera de medo na opinião pública. Para se ter noção da dimensão assumida pelo anticomunismo, só no *Jornal do Brasil*, entre 1960 e 1964, Chersoni identificou 1629 ocorrências do termo “perigo comunista”. Nesse período, o “perigo comunista” foi associado a muitos elementos distintos, tais como a iminência de uma guerra, a existência de grupos subversivos armados, o risco à soberania nacional, a ameaça à família e à igreja, a prática de roubos e atos criminosos, a contraposição aos Estados Unidos da América, a ameaça aos direitos humanos etc.

Trata-se, portanto, de uma longa e vasta campanha de construção de um inimigo a ser combatido — a existência do inimigo e as razões do combate visam a transformar em legítima defesa quaisquer ações que venham a ser tomadas para enfrentar tão grave ameaça à família e à nação, a qual, no conjunto desse discurso, funciona como extensão da família e torna ainda mais pessoal o sentimento de terror.

O fato é que, apesar das ênfases distintas apontadas por Vasconcelos (2019), Silva (2008) e Chersoni (2023), o argumento de defesa da democracia só faz sentido à luz da ameaça comunista, haja vista que se trata da defesa contra essa ameaça. No presente artigo, propõe-se, portanto, fazer uma leitura dessa construção midiática com base na necessária articulação entre esses dois núcleos ideológicos: *ameaça comunista e defesa da democracia*.

Partindo do pressuposto de que o comunismo é representado nos jornais como uma ameaça, cabe perguntar o que propriamente ele estaria a ameaçar. Efetivamente, a *ameaça* programática do comunismo sempre foi ao capital e à sociedade de classes. Para a burguesia, que se toma como classe universal, se nutre da reprodução do capital e projeta como natural a sociedade de classes, evidentemente o comunismo é uma ameaça, uma vez que todo o projeto comunista consiste em aniquilar a burguesia enquanto classe. Trata-se, portanto, de uma ameaça de extinção, o que não é pouca coisa.

Segundo a teoria comunista, essa ameaça só pode ser concretizada se levada a cabo pelas classes populares, as quais deveriam se mobilizar para fazer a revolução, que consistiria em tomar os meios de produção, tomar o poder político e realizar a transformação social rumo a uma sociedade comunista. Não é difícil entender, portanto, que o comunismo represente uma ameaça à burguesia, para quem se torna uma tarefa sempre urgente “a reprodução das relações de produção e das relações que dela derivam” (Althusser, 1980, p. 114). Essa tarefa consiste, do ponto de vista ideológico, em garantir a adesão das classes populares ao conjunto de crenças e interesses da burguesia como se fosse seu próprio conjunto de crenças e interesses, isto é, fazendo com que as próprias classes populares se sintam ameaçadas pelo comunismo e assumam como seu interesse vital a reprodução das relações sociais que garantem a existência da burguesia como burguesia e da classe trabalhadora como classe trabalhadora. É a representação dessas relações que se encontra mascarada pela ideologia, que busca difundir como universais as crenças de uma classe particular.

Althusser argumenta que não apenas as condições materiais dos processos de produção e circulação são responsáveis pela reprodução das relações de produção, mas que a ideologia cumpre aí um papel decisivo. O exercício do poder é garantido pelo Aparelho Repressivo de Estado e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado¹, dentre os quais se situam os meios de comunicação. Partindo da concepção de ideologia como o sistema das representações ideais que domina o espírito do homem ou do grupo social, Althusser sustenta a tese de que a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (idem, p. 77) e que a ideologia possui uma existência material. Isso equivale a dizer que a ideologia não consiste simplesmente em uma ilusão, um devaneio, mas assume concretamente existência material na medida em que existe sempre como prática social regulada pelos aparelhos ideológicos, ou seja, a ideologia se encarna nas práticas materiais dos agentes concretos a partir da sua inserção no sistema de crenças postulado pelos aparelhos ideológicos².

Compreendida uma das pontas do arcabouço do discurso ideológico dos jornais na justificação da intervenção militar, cabe pensar acerca do outro elemento chave, que é a *defesa da democracia*. Conforme já foi antecipado, esse tema foi identificado por Vasconcelos (2019) e Silva (2008) como peça-chave da construção do consenso ideológico por parte da imprensa.

No estudo de Vasconcelos, a explicação apresentada para a reiterada discussão em torno da defesa da democracia assenta-se no “prestígio internacional” dessa forma de governo:

A reiteração desse compromisso derivava de padrões de uma cultura política que ultrapassava as fronteiras nacionais. A forma democrática de governo contava com “prestígio” internacional e histórico, o que fazia com que o Brasil, como “nação democrático-liberal”, agisse em sintonia com tais princípios. Esses “antecedentes” serviriam de “barreira” a uma dominação que se furtasse a fazer referências à democracia, em especial na segunda metade do século XX. Como

¹ Althusser sustenta que, embora não existam em forma pura, o Aparelho Repressivo de Estado funciona de forma prevalente pela via da violência, ao passo que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam prevalentemente pela via da ideologia (Althusser, 1980, p. 46-48).

² A esse respeito, Althusser apresenta a seguinte síntese: “As ideias desapareceram enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida em que ficou claro que a existência destas se inscrevia nos atos das práticas reguladas pelos rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. Surge assim que o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real): ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença” (Althusser, 1980, p. 90).

reflexo dessa realidade, por ser um elemento fundamental para o seu auditório, a democracia também era uma formação discursiva central no discurso jornalístico (Vasconcelos, 2019, p. 375).

A essa comunhão de princípios entre o auditório local e a “comunidade internacional” no que diz respeito à valorização da democracia, Vasconcelos acrescenta a criação de um sujeito coletivo por parte do discurso jornalístico. Contudo, apesar de serem verdadeiros e consistentes os apontamentos do autor, essa ancoragem no prestígio internacional da democracia, além de parecer insuficiente, também demandaria uma nova explicação, que seria a demonstração dos porquês desse prestígio na comunidade internacional.

Ao longo de sua análise, o autor apresenta outros argumentos que visam a explicar a ocorrência da defesa da democracia como eixo discursivo ideológico por parte da imprensa, em especial no *Jornal do Brasil*. O principal desses argumentos diz respeito à fé pública da elite política brasileira na democracia liberal:

Por causa dessa “fé pública” da elite política nacional nos princípios liberais, uma ruptura total não seria interessante. Por esse motivo, não teriam como negar a democracia de modo radical. Para assegurar a adesão, melhor seria preservar instituições típicas do sistema que diziam querer respeitar e justificar as suas alterações na necessidade de modelar um novo regime político livre dos vícios do passado recente. Livrar-se desses “vícios” significava uma “democracia aperfeiçoada” (Vasconcelos, 2019, p. 391).

Nesse trecho da exposição de Vasconcelos, revela-se um elemento fundamental para a compreensão da manifestação do discurso em defesa da democracia: o seu caráter liberal. Ora, conforme se depreende do alentado estudo de Robert Dahl (2012) acerca da história da democracia, não há uma correlação essencial entre democracia e liberalismo. Esse vínculo foi operado historicamente pelos ideólogos burgueses, que trataram de identificar democracia a capitalismo. Trata-se do mesmo raciocínio apresentado por Jaime Neto (2019) em *Teorias da Democracia*.

Por democracia liberal (...) podemos compreender um regime político pautado na defesa dos valores da liberdade de eleição, razão e

tolerância frente à tirania, o sistema absolutista e a intolerância religiosa. O liberalismo defende, como princípios, o Estado constitucional, a economia de mercado competitivo e a propriedade privada (Neto, 2019, p. 60).

Tanto nos estudos de Dahl quanto nos de Neto, é possível verificar que, apesar das importantes diferenças entre as mais diversas concepções de matiz liberal acerca da democracia, tais quais manifestadas por autores tão diversos quanto Tocqueville, Montesquieu, Stuart Mill, Keynes, Hans Kelsen ou Milton Friedman, há uma espécie de denominador comum na raiz de suas concepções de democracia: a propriedade privada. Com maior ou menor participação popular, com mais ou menos intervenção do Estado, mais progressista ou mais conservador, o liberalismo encontra sua pedra fundamental na propriedade privada. Para os ideólogos liberais, o conjunto de conquistas políticas da modernidade, sobretudo a partir da Revolução Francesa, em particular as liberdades individuais, assentam-se fundamentalmente no direito privado à propriedade, do qual derivam, em maior ou menor escala, as possibilidades de realização da democracia.

O problema a que essa tradição da democracia liberal não responde é a contradição a que Marx alude tanto na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* quanto em *O capital*, a saber, as consequências políticas da subordinação do trabalho ao capital. Se é verdade que efetivamente a sociedade capitalista tornou os homens livres e iguais, não se pode perder de vista o fato de que essa liberdade e essa igualdade são as condições formais da subsunção do trabalho ao capital. A esse respeito, Marx argumenta n' *O capital*:

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital. Tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. Vejamos, logo a seguir, a que se reduzem, em suma, essas circunstâncias. Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contacto: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois polos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção

capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (MARX, 1988, p. 829-830).

A liberdade e a igualdade individuais que se encontram na base da democracia liberal são de natureza jurídico-formal, porém recobrem a desigualdade e a não-liberdade inerentes à situação de quem se tornou tão livre que não possui nada além da força de trabalho e que, portanto, se vê obrigado a vender tudo que tem a fim de buscar ao menos garantir os meios de subsistência. O que Marx está a revelar é, portanto, a insuficiência da igualdade e da liberdade que constituem a sociabilidade das democracias burguesas³. Não havendo a emancipação do trabalho em relação ao capital, não há condições de efetivação da liberdade e da igualdade verdadeiramente. No discurso burguês, a democracia perde o adjetivo, não é democracia *burguesa* ou democracia *liberal*, apenas democracia. Trata-se do movimento de universalização do particular como geral com vistas a tornar socialmente dominante a ideologia da classe dominante.

Feito esse breve percurso, unem-se as duas pontas do complexo ideológico que a historiografia identificou como sendo o fio condutor do discurso jornalístico de legitimação do golpe civil-militar de 1964, o *anticomunismo* e a *defesa da democracia*. Evidencia-se que esses dois elementos não foram escolhidos ao acaso, uma vez que se completam mutuamente e se encontram no âmago da luta travada pela burguesia a fim de garantir a sua dominação de classe.

No tópico a seguir, será apresentada uma análise concreta da máquina ideológica em funcionamento. A crítica de uma edição histórica do Jornal do Brasil permitirá a compreensão de como os tópicos anticomunismo e defesa da democracia articulam-se discursivamente no processo de construção do consenso em torno da pertinência, da validade, da necessidade e da legitimidade da deposição do presidente João Goulart e da tomada do poder pela via do assalto militar.

³ A respeito do modo como Marx desvelou esse problema da democracia liberal, Jacques Rancière aponta que “O jovem Marx não teve nenhuma dificuldade para desvendar o reino da propriedade no fundamento da constituição republicana. Os legisladores republicanos não fizeram nenhum mistério disso. Mas ele soube estabelecer um padrão de pensamento que ainda não se esgotou: as leis e as instituições da democracia formal são as aparências por trás das quais e os instrumentos com os quais se exerce o poder da classe burguesa. A luta contra essas aparências tornou-se então a via para uma democracia ‘real’, uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida material e da experiência sensível (Rancière, 2014, p. 9).

O golpe e a normalidade

Ao analisarmos as edições do *Jornal do Brasil* nos dias que se seguiram ao Golpe Militar, foi possível constatar a prevalência de alguns núcleos ideológicos recorrentes no discurso jornalístico: a) defesa da democracia; b) anticomunismo; c) afirmação da normalidade. Confirmamos, assim, as supracitadas interpretações de Vasconcelos (2019), que havia identificado o núcleo “defesa da democracia”, e de Chersoni, que identificara o núcleo “anticomunismo”. Contudo, além desses dois núcleos fundamentais, também nos chamou a atenção a presença de um terceiro, que foi a busca por afirmação da “normalidade” no país após a deposição de João Goulart. Nosso entendimento é que esses três núcleos não são excludentes, são, na verdade, pilares ideológicos que se articulam com o objetivo de construir e apresentar para os leitores uma visão de mundo coesa e simplificada segundo a qual as ações do governo golpista são legítimas e necessárias, representando a libertação do país do grande perigo do Mal, que é o comunismo.

A maior parte dos editoriais e dos artigos de opinião veiculados nas edições consultadas entre os dias 1º de abril e 10 de abril de 1964 gira em torno da expressão de pontos de vista que sustentam a tese de que o golpe (por eles chamado de “revolução”) foi uma resposta necessária do Congresso Nacional em articulação com as Forças Armadas a fim de garantir a ordem democrática no Brasil e vencer as forças que buscavam implantar o comunismo em solo brasileiro. Uma vez deposto o governo João Goulart e assumida a presidência provisoriamente pelo então presidente do Congresso Nacional, o deputado Ranieri Mazzilli, as forças golpistas trataram de difundir o sentimento de vitória (o comunismo foi derrotado e a democracia está a salvo) e de normalidade, ou seja, a sensação de que o país se livrou da turbulência causada pelas ações do ex-presidente João Goulart e que agora, sim, se encontra no caminho natural de desenvolvimento, paz, liberdade e prosperidade.

A capa⁴ do Jornal do Brasil do dia 3 de abril de 1964 é simbólica e sintomática, uma vez que articula plenamente os três núcleos ideológicos identificados. Em primeiro lugar, destaca-se a manchete: “GOULART TOMA RUMO DESCONHECIDO E O BRASIL VOLTA À NORMALIDADE”. Segue-se um editorial de meia página na qual se narram os episódios de fuga do país de João Goulart (evento ao qual se dedica apenas dois parágrafos) e, sobretudo, os desdobramentos da tomada do poder pelos “revolucionários”. No canto inferior direito, reproduz-se a foto da partida de João Goulart quando ainda estava no Rio de Janeiro. Abaixo do editorial principal, há a manchete interna “Festa da vitória leva às ruas 1 milhão de pessoas”. O texto antecipa a reportagem contida no interior do jornal e destaca a participação popular e a participação do próprio Jornal do Brasil nos acontecimentos relativos à derrubada do governo. A imensa foto reproduzida na capa ilustra justamente a “Marcha da Vitória”.



Por fim, no canto inferior esquerdo, publica-se mais um editorial, intitulado “Ao Congresso”, no qual se destaca a defesa da democracia e o combate ao comunismo como os grandes trunfos da “Revolução vitoriosa”.

No primeiro texto, após o breve relato da fuga de João Goulart e da capitulação diante das forças golpistas, o discurso concentra-se na postulação do que seria encarado como o estado de “normalidade” a que a manchete faz alusão. “Empossando o Sr. Ranieri Mazzilli, a vida do País volta à normalidade” (JB, 1964, p. 1). O que se segue é a relação dos

⁴ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1964. Edição 00078, Diário. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=comunismo&pagfis=51613. Acesso em 09/12/2023.

gerais que passaram a ocupar o Ministério da Guerra e os comandos das forças armadas — um presidente não eleito e o poder ocupado pelos militares, esse é o cenário caracterizado pelo *Jornal do Brasil* como *normal*. Na sequência, o jornal monta, peça por peça, o quebra-cabeças da legitimação do movimento “revolucionário”. Cita-se a fala do General Olímpio Mourão Filho, para quem seu trabalho à frente da Petrobras será “a completa limpeza da área, retirando todos os elementos comunistas ou suspeitos de seguir as ideias dos agentes de Moscou” (JB, 1964, p. 1). No mesmo sentido, o jornal relata que o governador Carlos Lacerda (então governador da Guanabara), em visita ao ministro da Guerra, solicitara “o afastamento imediato de todos os comunistas dos postos-chave da administração federal” (JB, 1964, p. 1). A primeira parte da narração (que, na verdade, constitui uma argumentação) é arrematada com uma fala de Lyndon Johnson, presidente dos Estados Unidos na época, manifestando o intuito de cooperar com o Brasil “no interesse do progresso econômico, da justiça social para todos e da paz no hemisfério e no mundo” (JB, 1964, p. 1).

Todos esses fragmentos destacados revelam a articulação entre os discursos referentes ao anticomunismo, à normalidade e à defesa da democracia. O JB considera que a normalidade foi garantida com a tomada do poder pelos “revolucionários” e não que esse golpe de Estado (que não é interpretado como golpe pelo jornal) instaura uma anomalia na vida sociopolítica do país. O que sustenta a possibilidade de o *Jornal do Brasil* falar em normalidade logo após o ingresso do país em um estado de sítio é a articulação da narrativa de que, na verdade, a nação foi salva da anormalidade, a qual seria a efetivação dos projetos “comunistas” de João Goulart⁵. Essa narrativa, conforme esclarece Chersoni, foi gestada por longos anos e colaborou para tornar fértil o solo da opinião pública à semente do golpe de Estado: “A construção de narrativas golpistas através da comunicação, julgando o campo político da esquerda como inimigo, formou-se muito antes do próprio golpe militar” (Chersoni, 2023, p. 16).

O segundo texto faz o chamado para a reportagem interna sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Essa mobilização, que ficou conhecida como

⁵ Embora não seja o foco do presente artigo, é importante destacar que o governo João Goulart nunca teve qualquer inclinação comunista. As reformas de base propostas pelo presidente estavam ligadas à tradição do nacional-desenvolvimentismo herdeiro da tradição de Getúlio Vargas. As ações do governo Goulart não tinham caráter comunista, mas a sua ênfase na emancipação econômica do Brasil em relação ao capital estrangeiro (em nome da burguesia nacional) foi suficiente para mobilizar as forças reacionárias que levaram o Brasil à ditadura civil-militar instaurada em 1964. A esse respeito, consulte-se o artigo de Aline de Vasconcelos Silva intitulado “João Goulart e as reformas de base” (2019).

“Marcha da Vitória”, ocorreu no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964 e foi uma das várias marchas organizadas pela direita em oposição às medidas tomadas por João Goulart que eram interpretadas como ações comunistas: desapropriação de terras, nacionalização de refinarias de petróleo e promessas de “reformas de base” com vistas à promoção de maior justiça social, tais quais reforma administrativa, reforma agrária e reforma tributária.

Nesse texto, o discurso jornalístico trabalha especialmente com as noções de povo, democracia e liberdade. A “multidão” que compõe a marcha é calculada em 1 milhão de pessoas (embora sem fonte e sem método), número expressivo o suficiente para sugerir uma ampla adesão popular ao que o jornal chama de “regozijo pela vitória das forças democráticas” (JB, 1964, p. 1).

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade mobilizou, ontem, no Rio de Janeiro, uma multidão calculada em um milhão de pessoas, que desfilaram da Candelária à Praça Barão do Rio Branco, em regozijo pela vitória das forças democráticas. Ao passarem em frente ao JORNAL DO BRASIL, os manifestantes saudaram-no com vivas pela campanha que sustentou em defesa da democracia. (...) O General Mourão disse do palanque oficial que estava ali “para saudar o povo, que acabamos de libertar” (JB, 1964, p. 1).

Chama a atenção que, em um espaço tão curto, seja tão destacada a ideia de defesa da democracia. O JB aparece como parte dos heróis que compõem a força democrática na luta contra o inimigo (o comunismo) e coloca-se ao lado do exército. Há um paralelismo entre a atuação do jornal, saudado “com vivas pela campanha que sustentou em defesa da democracia”, e a atuação das forças armadas, que, nas palavras do marechal citado no texto jornalístico, acabaram de libertar o povo. O texto não deixa dúvidas quanto à posição do JB e sua cumplicidade com a ação dos militares.

Além disso, a análise do discurso do editorial põe em pauta um elemento chave identificado por Cláudio Vasconcelos, que é a “quimera da interlocução”, que consiste na criação artificial de uma cumplicidade entre o jornal e os leitores:

Esse “nós” inclusivo (...) cria uma cumplicidade entre jornal e leitores, que os faz ‘partilharem’ de um mesmo imaginário proposto pela forma de construção do discurso jornalístico. Engaja-se o leitor em uma

mesma posição política, legitimando-se a função dos jornais como porta-vozes” de “todo o povo”. Em última instância, não é o jornal, mas o povo que fala. (Vasconcelos, 2019, p. 378).

Nesse sentido, o discurso jornalístico (sem autoria) reforça a visão de que a população em peso, o jornal e os grupos que tomaram o poder formam uma unidade, numa sugestão de que a derrubada do governo Goulart exprime interesses universais — deixando completamente escamoteado o fato de se tratar de um interesse particular de classe⁶.

Por fim, no editorial “Ao Congresso”, destaca-se a conjugação enfática entre anticomunismo e defesa da democracia. O primeiro parágrafo do editorial concentra a essência da argumentação que vincula o ex-presidente João Goulart ao comunismo:

O Congresso estava fechado. Não de direito mas de fato. O caudilho deposto havia atirado o Congresso no desvio das decisões políticas, ao instalar o regime de praça pública e assembleias, comandadas por agitadores comunistas (JB, 1964, p. 1).

O discurso do jornal cria uma imagem metafórica com força concreta ao afirmar que Goulart havia fechado o Congresso (o que nunca aconteceu de fato). Uma vez formulada, a imagem do fechamento do parlamento atribui ao presidente deposto uma ação antidemocrática, de modo a criar uma escada argumentativa para a justificação da “Revolução vitoriosa” como um movimento que salvou o país da ameaça de perda da democracia.

E, como não poderia deixar de ser, o jornal vincula a suposta ação antidemocrática ao comunismo: “O caudilho deposto havia atirado o Congresso no desvio das decisões políticas, ao instalar o regime de praça pública e assembleias, comandadas por agitadores comunistas” (JB, 1964, p. 1). Não são os golpistas, mas o presidente deposto quem é caracterizado como ditador ao receber a alcunha de “caudilho”. Do mesmo modo, o jornal indica que a democracia parlamentar havia sido

⁶ A partir de pesquisas realizadas pelo Ibope pouco antes do golpe de 1964, é possível constatar que, diferentemente do que o Jornal do Brasil sugere, o governo de João Goulart contava com expressivo apoio popular, na casa dos 70%. A esse respeito, consulte-se o artigo “O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião”, de Rodrigo Motta (2014).

substituída pelo governo de praça pública de agitadores comunistas. Como se vê, o jornal forja um mundo invertido, no qual os usurpadores do poder são caracterizados como heróis da pátria, que agiram em nome dos interesses universais do povo brasileiro — segundo o JB, ao mesmo tempo, os bravos guerreiros devolveram a democracia ao país e extirparam a ameaça do comunismo. Sintomaticamente, o termo “regime de praça pública” (o qual, efetivamente, nunca chegou a ser instaurado por João Goulart) aponta para a imagem que simboliza a democracia em sua origem grega, que é a transformação do espaço público em política pelo *demos*. Apesar disso, para o jornal essa seria uma prática antidemocrática e democrática é a ação de depor, em nome da democracia, um presidente legitimamente eleito.

Diante do pressuposto de que o comunismo seria antidemocrático, os agentes da “Revolução” são apontados pelo jornal como aqueles que “restauraram a Democracia”. Nessa linha, o discurso jornalístico clama o Congresso a não frustrar os objetivos da “Revolução” e a não se aliar aos seus inimigos chamando-a de *golpe*. Mais que isso, está no horizonte do JB a garantia de que, na esteira da vitória contra o “totalitarismo comunista” (JB, 1964, p. 1), o Congresso garantisse o cumprimento da Constituição e elegeisse um novo presidente no período de trinta dias.

Dada a identificação previamente postulada entre democracia e capitalismo (o qual, em momento algum, é mencionado), a lógica do discurso jornalístico nesse texto conjuga a celebração da vitória da “Revolução” contra o inimigo (comunismo) à defesa das eleições previstas na Constituição. Para o jornal (e para a opinião pública em geral naquele momento), a deposição do presidente Goulart havia sido legal, constitucional e necessária diante da ameaça comunista. O fantasma do totalitarismo, da falta de liberdade, é usado para reforçar a imagem do capitalismo como a única forma viável de existência da democracia — e por isso todos deveriam apoiar a “Revolução”, a qual deveria ser respeitada em seus intuitos pela classe política, cuja missão seria garantir a previsão constitucional para a eleição de um novo presidente.

A Revolução tem inspiração e grandeza que não tolerariam nenhuma solução de cambalacho identificadora do regime instaurado por ela, com o sistema que permitiu a anarquia visando a levar-nos ao totalitarismo comunista. A Revolução é ordenadora e saneadora. Ela é mesmo purificadora (JB, 1964, p. 1).

A ressalva do jornal consiste em alertar para que não se permita qualquer tipo de identificação entre a ação revolucionária e aquilo que ela derrotara, a saber, o totalitarismo comunista. Os adjetivos “ordenadora”, “saneadora” e “purificadora”, todos de conotação positiva, são atribuídos à “Revolução”, ao passo que o governo deposto é vinculado ao comunismo, ao totalitarismo e à anarquia. O jornal não deixa qualquer espaço para o leitor refletir sobre o “sinal de mais” associado à “Revolução” (que simboliza a democracia) e o “sinal de menos” associado ao comunismo — essa associação é realizada com base no pressuposto de que seja verdadeira tal caracterização e de que realmente democracia e comunismo são incompatíveis, de que o comunismo é inimigo da democracia. Sendo consenso geral a defesa da democracia, não é difícil para o discurso jornalístico reforçar o comunismo como inimigo. O comunismo é apontado não apenas como antidemocrático mas também como um *outro* em relação ao *nós* coletivo, que estava ameaçado pelas ações do presidente deposto.

Considerações finais

Partindo de contribuições decisivas da historiografia para a compreensão das relações entre imprensa e ditadura no Brasil, buscou-se elaborar uma contribuição própria acerca do problema apresentado. Dados os limites de uma pesquisa de conclusão de curso, optou-se por restringir o escopo de análise a uma única edição do *Jornal do Brasil*, a fim de observar como o discurso jornalístico se materializou enquanto mecanismo ideológico pró-regime militar.

Por meio da análise empreendida, fica clara a atuação do *Jornal do Brasil* na construção de uma visão de mundo que visava a justificar e endossar as ações relacionadas à implantação da ditadura empresarial-militar instaurada em 1964. Valendo-se da criação fictícia de uma unidade entre os interesses do povo e dos golpistas, o jornal colaborou para a difusão de um imaginário ideológico capaz de apoiar o governo ditatorial por meio do convencimento de que estavam todos do mesmo lado.

Sendo assim, na esperança de contribuir para o debate a fim de que a história não volte a se repetir, este trabalho lança luz a esse problema tão importante que é o poder

da imprensa na sociedade contemporânea e os riscos de sua associação com os interesses das classes dominantes.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: José de Moura Ramos. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1980.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. 1990. 172 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

CANCELLI, Elizabeth. Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria. **Art Cultura**, nº 9, Uberlândia, 2004, p. 111-118.

CATTAI, Júlio. **O estandarte silencioso: a United States Information Agency na mídia impressa do Brasil – Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, 1953-1964**. 2001. 160 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 113 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - História Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHERSONI, Felipe. A construção de um inimigo a ser combatido e as justificativas do golpe militar: uma análise comunicacional do Jornal do Brasil entre 1960-1964. **Mediações**, v. 28, n. 2, Londrina, 2023, p. 1-20.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. Tradução: Patrícia Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. Tradução: Luís Sérgio Henriques et al. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1964. Edição 00078, Diário. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=comunismo&pagfis=51613. Acesso em 09/12/2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. V. II. Tradução: Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOTTA, Rodrigo. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, 2014, p. 1-21.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017.

NETO, Jaime. **Teorias da democracia**. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2019.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e romantismo revolucionário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, São Paulo, 2001, p. 13-19.

SASSOON, Anne Showstack. "Hegemonia". In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Aline. João Goulart e as reformas de base. **Textos e Debates**, n. 32, Boa Vista, 2019, p. 5-20.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. 2008. 155 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - História Social - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

VASCONCELOS, Cláudio. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 28, Florianópolis, 2019, p. 365-401.

WILLIAMS, Raymond. "Hegemonia". In: _____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.